



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ  
PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA n.º 024/2026

Em 27 de janeiro de 2026.

**“DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE  
SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E  
DESIGNA COMISSÃO SINDICANTE.”.**

O Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o dever da Administração Pública de apurar toda e qualquer irregularidade praticada por servidor público, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência que regem a Administração Pública;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Municipal nº 1.562/2015, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Miguel do Guaporé;

**CONSIDERANDO** que o servidor municipal **JOÃO SANTANA DA CONCEIÇÃO**, atualmente **cedido à Câmara Municipal**, teria, em tese, praticado condutas graves e incompatíveis com o exercício da função pública;

**CONSIDERANDO** que, conforme informações levadas ao conhecimento desta Presidência, no mês de **maio de 2025**, o referido servidor teria:

- agredido verbalmente uma colega de trabalho, sua ex-namorada e
- danificado a motocicleta da referida servidora, estacionada em frente à Câmara Municipal;

**CONSIDERANDO** que tais fatos, em tese, podem configurar infração administrativa grave, além de violação aos deveres funcionais e ao decoro exigido do servidor público;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Instaurar **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA** com a finalidade de apurar os fatos acima descritos, bem como verificar eventual responsabilidade administrativa do servidor público municipal **JOÃO SANTANA DA CONCEIÇÃO**, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ  
PODER LEGISLATIVO  
ESTADO DE RONDÔNIA

**Art. 2º.** Designar a **Comissão de Sindicância**, composta pelos seguintes servidores:

- I – MARIA SERLI LOPES, Presidente;
- II – NEIDE SKALECKI GONÇALVES, Relatora;
- III – BEATRIZ TELÓ DOS SANTOS, Membro.

**Art. 3º.** A Comissão ora designada terá o prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data de instalação dos trabalhos, para concluir a sindicância e apresentar **relatório circunstanciado**, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa formal.

**Art. 4º.** A Comissão deverá proceder à apuração completa dos fatos, podendo:

- ouvir o servidor investigado;
- colher depoimentos de testemunhas;
- requisitar documentos, laudos, boletins de ocorrência e demais provas que entender necessárias.

**Art. 5º.** Concluídos os trabalhos, o relatório final deverá ser encaminhado à **Presidência da Câmara Municipal** para análise e adoção das providências cabíveis, inclusive comunicação ao órgão de origem do servidor.

**Art. 6º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência,

  
**JAIR SILVA GOMES – PODEMOS**  
**Vereador Presidente/CMSMG**